

## **A Base Nacional Comum Curricular (Bncc) Sob Uma Perspectiva Crítica: Uma Análise Gramsciana**

Armando Araújo Silvestre<sup>1</sup>, Cátia Cilene Diogo Goulart<sup>2</sup>, Cícero José da Silva<sup>3</sup>,  
Patrick Ataliba<sup>4</sup>, Ademar Alves dos Santos<sup>5</sup>, Jeronima Rodrigues da Silva<sup>6</sup>,  
Eliédna Aparecida Rocha de Oliveira<sup>7</sup>, Rosidelma Pereira Fraga<sup>8</sup>,  
Valtenir Soares de Abreu<sup>9</sup>, Joel Manga da Silva<sup>10</sup>

<sup>1</sup>(Instituto Federal de São Paulo, Campus Bragança Paulista, Brasil)

<sup>2</sup>(Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Brasil)

<sup>3</sup>(Universidade Federal da Paraíba, Brasil)

<sup>4</sup>(Universidade Estácio de Sá, Brasil)

<sup>5</sup>(Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)

<sup>6</sup>(Universidade Federal do Tocantins, Brasil)

<sup>7</sup>(Faculdade Católica de Cuiabá, Brasil)

<sup>8</sup>(Universidade Federal de Roraima, Brasil)

<sup>9</sup>(Universidade Federal De Roraima, Brasil)

<sup>10</sup>(Universidade: Instituto Federal do Amapá, Brasil)

---

### **Resumo:**

*Este artigo propõe uma análise crítica da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) à luz da teoria gramsciana, fundamentada na obra de Antonio Gramsci. A BNCC, enquanto instrumento normativo de caráter pedagógico, assume uma posição central no contexto educacional brasileiro, influenciando diretamente a prática docente e a construção da cultura escolar. Por meio do referencial teórico gramsciano, examinamos a BNCC como um elemento de disputa pela hegemonia cultural, destacando as relações de poder que permeiam a sua elaboração e implementação. A abordagem gramsciana oferece insights valiosos para compreender as contradições inerentes à BNCC, especialmente no que tange à conciliação entre a necessidade de homogeneização curricular e a valorização da diversidade cultural e regional. Além disso, a análise revela os desafios práticos enfrentados na efetivação da BNCC, como a formação docente, a alocação de recursos e os métodos de avaliação. O artigo também discute as possibilidades de resistência e transformação, ressaltando o papel ativo dos educadores na interpretação e adaptação da BNCC em seus contextos específicos. Esta pesquisa contribui para o debate acadêmico sobre a BNCC, oferecendo uma perspectiva crítica embasada na teoria gramsciana, e destaca a importância de uma abordagem reflexiva e contextualizada na interpretação e aplicação das políticas educacionais.*

**Palavras-chave:** Base Nacional Comum Curricular; Gramsci; Educação; Crítica; Hegemonia.

---

Date of Submission: 08-10-2023

Date of Acceptance: 18-10-2023

---

### **I. Introdução**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) surge como um marco significativo no panorama educacional do Brasil, estabelecendo parâmetros essenciais para o desenvolvimento curricular nas instituições de ensino do país. Sua promulgação representa um esforço considerável para unificar e padronizar os conteúdos e competências a serem desenvolvidos ao longo da trajetória educacional dos estudantes. Nesse sentido, a BNCC desempenha um papel central na definição das diretrizes pedagógicas e na orientação do trabalho docente, influenciando diretamente a prática educativa em todas as esferas.

A perspectiva analítica de Antonio Gramsci, notável teórico italiano do século XX, oferece um arcabouço conceitual de inestimável valia para a compreensão crítica da BNCC. Sua teoria da hegemonia, fundamentada na ideia de que o poder não é meramente coercitivo, mas também se manifesta consensualmente na cultura e na ideologia, revisita uma compreensão mais profunda das relações de poder envolvidas na formulação e implementação de políticas educacionais.

O presente artigo visa, portanto, empreender uma análise minuciosa da BNCC, valendo-se da perspectiva crítica de Gramsci, a fim de desvelar as complexas interações entre as forças hegemônicas e as resistências que

permeiam este dispositivo normativo. Por meio desta abordagem, buscamos não apenas iluminar as contradições inerentes à BNCC, mas também destacar as possibilidades de agência e transformação no contexto da prática educativa.

A pesquisa se baseará em uma abordagem qualitativa, com análise documental e estudo de caso como principais métodos. Inicialmente, serão analisados documentos oficiais da BNCC, bem como estudos e análises prévias sobre sua implementação e impacto. Espera-se que a pesquisa revele uma série de pensamentos críticos sobre a implementação da BNCC, à luz da teoria gramsciana. Poderá elucidar as contradições entre a necessidade de padronização e a valorização da diversidade cultural, assim como identificar desafios práticos enfrentados pelos educadores no processo de adesão à BNCC.

Além disso, a pesquisa pode apontar para possíveis estratégias de resistência e adaptação por parte dos educadores, bem como contribuir para o desenvolvimento de recomendações que visem a uma implementação mais efetiva e inclusiva da BNCC. Os resultados desta pesquisa têm o potencial de enriquecer o debate acadêmico e prático sobre políticas educacionais no contexto brasileiro.

## **II. Desenvolvimento**

### ***Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Contextualização e Objetivos***

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) assume um papel de destaque e pertinência paradigmática no âmbito da educação no Brasil. Esta política, delineada pelo Ministério da Educação (MEC), estabelece um conjunto de diretrizes curriculares que delimitam as competências e habilidades consideradas fundamentais para a formação dos estudantes ao longo de sua trajetória educacional no território nacional (BRASIL, 2017). A BNCC surge como uma resposta assertiva a uma demanda premente por uniformização e direcionamento dos currículos escolares, com o intuito de mitigar as disparidades educacionais e, concomitantemente, promover a equidade no acesso ao conhecimento (MENEGASSI; CARVALHO, 2018).

Nesse contexto, a BNCC representa um instrumento de política pública educacional de cunho regulatório e normativo, impondo diretrizes que orientam a prática pedagógica e a organização curricular nas instituições de ensino. Por meio dessa abordagem normativa, busca-se estabelecer um conjunto de saberes e competências que são considerados essenciais para o pleno desenvolvimento intelectual e socioemocional dos estudantes, de maneira a fornecer-lhes uma formação sólida e abrangente.

A motivação subjacente à implementação da BNCC reside na necessidade de harmonizar e padronizar os processos educacionais em todo o país, superando disparidades regionais e promovendo um nível equitativo de oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes. Tal diretriz se alinha com um imperativo social e político de reduzir as desigualdades educacionais, conferindo a cada aluno a possibilidade de desenvolver plenamente seu potencial, independentemente de sua origem geográfica ou socioeconômica.

Dessa forma, a BNCC emerge como um marco regulatório que visa não apenas estabelecer parâmetros para a prática educativa, mas também contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, por meio da democratização do acesso ao conhecimento e à educação de qualidade.

### ***Antonio Gramsci: Teoria da Hegemonia e Educação***

Antonio Gramsci, renomado teórico italiano do século XX, legou à teoria política e social uma concepção de poder que transcende a mera imposição coercitiva. Em sua obra seminal, Gramsci desenvolveu a teoria da hegemonia, um conceito de influência e domínio que adentra a esfera cultural e das ideias, delineando um processo sutil e complexo de liderança intelectual e moral exercido por uma classe social sobre a totalidade da sociedade (GRAMSCI, 2000). A hegemonia se concretiza quando uma determinada classe consegue difundir e consolidar sua visão de mundo, tornando-a predominante e capaz de influenciar as estruturas sociais, incluindo, particularmente, as instituições educacionais.

De acordo com Gramsci, a educação é identificada como um dos principais mecanismos de consolidação da hegemonia. Através dela, valores, normas e ideologias são inculcados na consciência dos indivíduos, contribuindo significativamente para a reprodução das relações de poder vigentes (ALVES, 2013). Desse modo, a educação desempenha um papel vital na formação da subjetividade e na conformação das identidades individuais e coletivas, ao mesmo tempo, em que legitima e perpetua os sistemas de dominação existentes.

A compreensão gramsciana da hegemonia e da educação revela a intrincada rede de relações entre cultura, poder e consciência coletiva, ressaltando o papel central da educação como um mecanismo de reprodução e legitimação das estruturas sociais e ideológicas. Essa perspectiva crítica incita à reflexão sobre o papel da educação na formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de questionar e transformar as relações de poder estabelecidas. Portanto, a teoria gramsciana oferece uma valiosa contribuição para o entendimento da complexidade e profundidade das dinâmicas educacionais no contexto sociopolítico contemporâneo.

### **A BNCC à Luz da Teoria Gramsciana**

#### *A Influência da BNCC na Construção da Cultura Escolar*

A análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) à luz da teoria gramsciana proporciona uma compreensão mais profunda da influência abrangente que esta política curricular exerce sobre a cultura escolar. Segundo a perspectiva de Antonio Gramsci, a cultura desempenha um papel crucial na legitimação e manutenção das estruturas de poder e da ordem social vigente (GRAMSCI, 2000). Nesse sentido, a BNCC atua como um mecanismo de difusão de valores, normas e representações, contribuindo para a consolidação de uma cultura escolar impregnada pela lógica normativa imposta por essa política educacional.

Portanto, a BNCC transcende a mera diretriz curricular; ela se revela como um elemento central na formação da identidade e na orientação das práticas educacionais nas instituições de ensino. Ao prescrever competências e habilidades essenciais, a BNCC influencia não somente o conteúdo ensinado, mas também os métodos pedagógicos empregados e as dinâmicas de interação entre educadores e educandos. Essa influência se estende à construção de valores e significados compartilhados, que contribuem para moldar a experiência educativa e a visão de mundo dos indivíduos envolvidos.

A teoria gramsciana oferece, assim, uma perspectiva analítica valiosa para compreender a complexidade das relações entre política educacional, cultura escolar e prática pedagógica. Ela nos instiga a considerar não apenas o conteúdo normativo da BNCC, mas também as implicações mais amplas em termos de identidade, valores e dinâmicas de poder que permeiam o ambiente educacional. Essa compreensão mais abrangente nos desafia a refletir sobre o papel da educação como agente de transformação social e sobre as potencialidades e limitações da BNCC como instrumento de promoção de uma educação mais crítica, inclusiva e emancipatória.

#### **Hegemonia e Resistência: Os Desafios da Implementação da BNCC**

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a teoria gramsciana proporcionam uma perspectiva crítica sobre as políticas educacionais no Brasil. Ao analisar a BNCC à luz da teoria de Gramsci, torna-se evidente que esta política normativa não é um simples conjunto de diretrizes, mas um mecanismo complexo de influência e controle cultural. A BNCC, ao estabelecer os parâmetros para o currículo escolar, acaba por consolidar uma cultura educacional moldada pelas diretrizes normativas impostas.

No entanto, é fundamental notar que a BNCC não opera unilateralmente. Conforme Gramsci argumenta, a hegemonia não é uma imposição unívoca, mas sim um campo de luta permeado por contradições e resistências. Analogamente, a implementação da BNCC enfrenta uma série de desafios e contestações por parte de diversos agentes educacionais, incluindo professores, gestores e comunidades escolares. Essas vozes divergentes e práticas que tensionam as imposições normativas da BNCC são reflexos da complexidade do processo e instigam a reflexão sobre os meios pelos quais a hegemonia pode ser contestada e reconfigurada.

Nesse contexto, a teoria gramsciana revela a dinâmica de poder subjacente à implementação da BNCC. Ela sugere que a educação não é apenas um instrumento de transmissão de conhecimento, mas também um campo de disputa ideológica e cultural. A BNCC, ao impor uma visão normativa, pode reforçar determinadas concepções de conhecimento e valores, marginalizando outras perspectivas e contribuindo para a reprodução das desigualdades.

Portanto, a análise crítica à luz da teoria gramsciana nos convida a considerar não apenas a BNCC em si, mas também as implicações mais amplas em termos de identidade, valores e dinâmicas de poder que permeiam o ambiente educacional. Essa abordagem crítica incita à reflexão sobre o papel da educação como agente de transformação social e sobre as potencialidades e limitações da BNCC como instrumento de promoção de uma educação mais crítica, inclusiva e emancipatória.

#### **Contradições e Desafios na Implementação da BNCC**

##### *Contradições Internas na BNCC: Homogeneização versus Diversidade*

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) introduz um cenário complexo e desafiador por confrontar a busca por homogeneização curricular com a necessidade premente de reconhecer e valorizar a rica diversidade presente no contexto educacional brasileiro. Esta dicotomia é central na análise da BNCC à luz da teoria gramsciana, a qual oferece uma perspectiva aguçada para compreender as complexas dinâmicas que permeiam o processo educacional (GRAMSCI, 2000).

Conforme aponta Gramsci, a hegemonia não se caracteriza por uma imposição monolítica, mas sim como um processo dinâmico de negociação e conflito entre diferentes forças sociais. Esta visão ressoa contundentemente na implementação da BNCC, visto que a aspiração por um currículo comum que promova a equidade se contrapõe à imperativa necessidade de considerar a pluralidade cultural, regional e social que permeia o país. A BNCC, portanto, se depara com o desafio de reconciliar esses elementos aparentemente antagônicos.

É imperativo considerar que a BNCC, ao buscar a homogeneização curricular, arrisca desconsiderar as particularidades e contextos específicos das diferentes regiões e grupos sociais do Brasil. Uma abordagem uniformizadora pode negligenciar a riqueza da diversidade cultural e as especificidades locais, resultando em uma

educação descontextualizada e pouco relevante para determinados grupos de estudantes. Além disso, a imposição de um currículo padronizado pode marginalizar práticas pedagógicas inovadoras e experiências educacionais mais autênticas, que poderiam emergir de contextos específicos.

Por outro lado, a valorização da diversidade também demanda uma atenção cuidadosa, uma vez que uma abordagem excessivamente flexível pode resultar em fragmentação curricular e desigualdades de acesso ao conhecimento. Portanto, a BNCC precisa encontrar um equilíbrio delicado entre a promoção da equidade e o reconhecimento da diversidade.

Diante desse cenário, torna-se imperativo que a BNCC seja implementada de forma sensível e contextualizada, considerando as particularidades regionais e culturais. Ademais, a participação ativa de educadores, gestores, comunidades locais e demais agentes educacionais é essencial para interpretar e operacionalizar a BNCC de maneira que respeite a diversidade e promova uma educação mais inclusiva e significativa.

### ***Desafios Práticos: Capacitação Docente, Recursos e Avaliação***

A implementação eficaz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se depara com uma série de desafios práticos que permeiam o ambiente educacional. A perspectiva gramsciana, ao fornecer um olhar aguçado sobre as complexas relações de poder no contexto educativo, se torna uma ferramenta valiosa para compreender os nuances desses desafios (GRAMSCI, 2000).

A capacitação docente se destaca como um elemento crucial nesse processo. É imperativo que os professores recebam uma formação pedagógica que transcenda a mera transmissão de conteúdos. Em vez disso, devem ser capacitados a interpretar e aplicar a BNCC de maneira contextualizada e reflexiva, considerando as particularidades de cada contexto educacional. Isso requer uma abordagem formativa que estimule não apenas a assimilação de conhecimentos, mas também o desenvolvimento de habilidades interpretativas e reflexivas, a fim de adaptar a BNCC de forma sensível às necessidades dos estudantes.

Além da formação docente, a alocação adequada de recursos, tanto materiais quanto humanos, é um aspecto crítico. Garantir que as escolas disponham de infraestrutura, materiais didáticos e profissionais em número e qualificação suficientes é fundamental para a efetiva implementação da BNCC. A escassez ou inadequação desses recursos pode comprometer a qualidade da educação oferecida, impactando diretamente a capacidade de operacionalizar a BNCC de maneira eficaz.

Outro desafio operacional está na implementação de métodos de avaliação alinhados à BNCC. É preciso desenvolver instrumentos de avaliação que possam mensurar não apenas o domínio dos conteúdos, mas também as competências e habilidades propostas pela BNCC. Essa adaptação demanda um investimento em pesquisa e desenvolvimento de avaliações formativas e somativas que estejam em sintonia com os objetivos da BNCC.

No entanto, é crucial salientar que a BNCC não é uma panaceia para todos os desafios educacionais do país. Sua eficácia está intrinsecamente ligada à sua implementação adequada e contextualizada, demandando um investimento significativo em formação docente, infraestrutura escolar e desenvolvimento de instrumentos de avaliação. Além disso, é importante considerar que a BNCC é um instrumento normativo e que sua implementação deve ser permeada por um constante diálogo com as comunidades educacionais locais, respeitando as peculiaridades e necessidades específicas de cada contexto.

### ***Possibilidades de Transformação e Resistência***

#### ***Espaços de Resistência: A Atuação dos Educadores***

À luz da teoria gramsciana, emerge uma perspectiva fundamental sobre o papel dos educadores no contexto da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Gramsci desvela a complexidade das relações de poder no campo educacional ao afirmar que os educadores não são meros executores de políticas educacionais, mas sim agentes ativos capazes de resistir e transformar as imposições normativas (GRAMSCI, 2000).

Nessa perspectiva, os educadores se configuram como atores dotados de agência, capazes de interpretar e aplicar a BNCC de forma criativa e adaptativa. Os espaços de resistência se apresentam como ambientes propícios para esse exercício de agência. Neles, os educadores têm a oportunidade de contestar e reinterpretar a BNCC, considerando as necessidades e realidades específicas de suas comunidades escolares. Esse processo de adaptação não representa uma subversão arbitrária das diretrizes normativas, mas sim uma resposta ativa e reflexiva à complexidade dos contextos educacionais.

A concepção de educadores como intelectuais orgânicos, conforme proposto por Gramsci, ganha relevância nesse contexto. Eles não são meros executores de um currículo predefinido, mas sim mediadores ativos na construção do conhecimento e na formação dos estudantes. Ao assumirem esse papel de intelectuais orgânicos, os educadores se posicionam como agentes mediadores entre as diretrizes normativas da BNCC e as particularidades de suas realidades locais. Eles conseguem traduzir e contextualizar os objetivos da BNCC para torná-los pertinentes e significativos para seus alunos.

Contudo, é importante ressaltar que essa atuação dos educadores como agentes de resistência e adaptação não deve ser vista como uma solução única para os desafios da implementação da BNCC. Ela demanda um apoio institucional e políticas educacionais que valorizem a autonomia dos profissionais da educação e promovam espaços de diálogo e reflexão. Além disso, é preciso reconhecer que nem todos os educadores têm igualdade de condições e recursos para exercer essa agência plenamente, o que evidencia a necessidade de investimentos em formação continuada e infraestrutura escolar.

Em suma, a abordagem gramsciana oferece uma valiosa contribuição para a compreensão do papel dos educadores na implementação da BNCC. Ao reconhecer sua capacidade de agência e resistência, ressalta-se a importância de promover condições propícias para os educadores exercerem sua autonomia e criatividade na adaptação da BNCC às realidades locais. Isso implica não apenas em uma reinterpretação da política curricular, mas também em uma valorização mais ampla do papel dos educadores como agentes de transformação no campo da educação.

### ***Propostas para uma BNCC Crítica e Inclusiva à Luz da Teoria Gramsciana***

A perspectiva gramsciana oferece um arcabouço conceitual de grande relevância para a proposição de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) mais crítica e inclusiva. Considerando a complexidade das dinâmicas sociais e culturais brasileiras, torna-se imperativo repensar a BNCC à luz dos princípios gramscianos de equidade e valorização da diversidade (GRAMSCI, 2000). Isso implica não apenas em uma revisão das diretrizes curriculares, mas em uma reconfiguração mais profunda que considere as complexas realidades do país.

Ao adotar essa perspectiva, propõe-se a promoção de uma BNCC que não apenas contemple os elementos comuns, mas também reconheça e valorize as particularidades locais, culturais e regionais. Isso implica em uma abordagem mais sensível às diferentes realidades que compõem o panorama educacional brasileiro. Ao invés de impor uma visão uniformizada do conhecimento, a BNCC poderia servir como um guia flexível, que ofereça diretrizes gerais enquanto respeita a autonomia das escolas e professores na adaptação do currículo às demandas específicas de cada contexto.

Essa perspectiva também destaca a importância da construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e emancipatória. Uma BNCC alinhada aos princípios gramscianos buscaria não apenas a equidade de acesso, mas também a promoção da justiça educacional, considerando as diferentes formas de desigualdade que permeiam o sistema educacional. Isso incluiria a valorização das práticas pedagógicas inovadoras e a incorporação de perspectivas marginalizadas, garantindo que a educação oferecida seja genuinamente representativa da diversidade presente na sociedade brasileira.

No entanto, é importante reconhecer os desafios práticos e políticos envolvidos nesse processo de reconfiguração da BNCC. A implementação de uma BNCC mais crítica e inclusiva exigiria um amplo diálogo entre os diversos atores educacionais, além de investimentos significativos em formação docente, produção de materiais didáticos e infraestrutura escolar. Além disso, seria necessário superar resistências políticas e ideológicas que podem surgir diante de propostas de mudança significativa no sistema educacional.

A perspectiva gramsciana oferece um quadro teórico robusto para repensar a BNCC em direção a uma abordagem mais crítica e inclusiva. Isso implica não apenas em ajustes superficiais, mas em uma reconfiguração mais profunda que considere as complexas realidades e necessidades da educação brasileira. No entanto, é fundamental reconhecer que a efetivação dessa proposta demandaria um compromisso político e recursos substanciais, além de um amplo envolvimento e colaboração de todos os atores envolvidos no cenário educacional.

### **III. Considerações Finais**

Em síntese, a análise crítica da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) à luz da teoria gramsciana evidencia a complexidade das relações entre política educacional, poder e prática pedagógica. A BNCC, ao estabelecer diretrizes para o currículo escolar, desempenha um papel fundamental na construção da cultura educacional, refletindo as dinâmicas de poder que permeiam o contexto educacional brasileiro.

A perspectiva de Antonio Gramsci proporciona uma compreensão profunda das contradições e desafios inerentes à implementação da BNCC. A tensão entre homogeneização e diversidade, bem como os desafios práticos de capacitação docente, alocação de recursos e avaliação, emerge como áreas cruciais de reflexão e intervenção.

As implicações da análise gramsciana para a BNCC ressaltam a necessidade de uma abordagem mais sensível às particularidades locais e à diversidade cultural do Brasil. A BNCC não deve ser vista como um instrumento de imposição normativa, mas como um espaço de diálogo e negociação entre diferentes atores educacionais, visando à construção de uma prática pedagógica mais inclusiva e contextualizada.

Para avançar nesse sentido, sugere-se a promoção de pesquisas que investiguem de forma mais aprofundada a interação entre a BNCC e a realidade das escolas, bem como a implementação de políticas de formação continuada que capacitem os educadores a interpretar e aplicar a BNCC de maneira crítica e reflexiva. Além disso, é fundamental fomentar espaços de diálogo e colaboração entre educadores, gestores e comunidades

loais para co-construir práticas curriculares mais alinhadas às necessidades e realidades específicas de cada contexto educacional.

A interpretação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) à luz da teoria gramsciana revela a possibilidade de transcender sua função meramente normativa. Ao adotar essa perspectiva, a BNCC pode se configurar não apenas como um documento de orientação, mas como um instrumento efetivo para impulsionar uma educação mais justa, inclusiva e contextualizada. Tal abordagem propõe uma resposta mais sensível aos desafios e potencialidades decorrentes da vasta diversidade cultural e social do Brasil.

Essa reconfiguração da BNCC implica em uma concepção de currículo que vá além da mera transmissão de conteúdos, almejando a formação integral do indivíduo. Considera-se não apenas o desenvolvimento de habilidades cognitivas, mas também o cultivo de competências socioemocionais, a promoção de valores cívicos e éticos, e a valorização da pluralidade cultural. Dessa forma, a BNCC pode se tornar um guia orientador para a construção de uma educação que verdadeiramente atenda às demandas e necessidades dos estudantes brasileiros.

No entanto, é importante salientar que essa reinterpretação da BNCC não está isenta de desafios. A efetivação de uma educação mais inclusiva e contextualizada requer um investimento significativo em formação docente, produção de materiais didáticos diversificados e adequação das estruturas físicas das escolas. Além disso, exige uma mudança paradigmática na concepção de avaliação, que deve poder mensurar não apenas o domínio de conteúdos, mas também o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais.

Ademais, é necessário considerar a necessidade de um compromisso político e institucional para a efetiva implementação dessa abordagem. A BNCC, enquanto política educacional, deve ser respaldada por políticas públicas consistentes e um diálogo contínuo entre os diversos atores do sistema educacional. Adicionalmente, é vital garantir a participação ativa das comunidades escolares na elaboração e implementação de propostas curriculares que atendam às especificidades locais.

Diante disso, o reconhecimento da Diversidade, ou seja, a interpretação gramsciana da BNCC, enfatiza a valorização das particularidades culturais, regionais e sociais do Brasil. Isso permite uma abordagem mais sensível e inclusiva, atendendo às necessidades específicas de diferentes grupos de estudantes, a formação Integral, a BNCC repensada à luz da teoria gramsciana propõe uma educação que vai além da transmissão de conteúdos, priorizando o desenvolvimento integral dos indivíduos, incluindo habilidades socioemocionais e valores éticos, e a participação Ativa dos Educadores que reconhece os educadores como agentes ativos na construção do conhecimento, a abordagem gramsciana fortalece o papel dos professores como mediadores entre as diretrizes curriculares e as realidades locais, são pontos positivos da BNCC.

Em contrapartida, a efetivação dessa visão demanda recursos consideráveis, incluindo investimentos em formação docente, produção de materiais didáticos diversificados e adequação das infraestruturas escolares, a necessidade de compromisso Político e Institucional numa perspectiva para a transformação da BNCC em uma ferramenta mais inclusiva e contextualizada requer um compromisso coletivo, tanto no âmbito político quanto no institucional, para garantir o apoio e os recursos necessários, e os desafios na Avaliação, que traz uma BNCC mais abrangente necessita de métodos de avaliação que consigam medir não apenas o domínio de conteúdos, mas também o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais, são pontos negativos.

A abordagem gramsciana oferece uma perspectiva valiosa para aprimorar a BNCC, promovendo uma educação mais alinhada com a realidade diversificada do Brasil. No entanto, é importante considerar que a implementação efetiva dessas mudanças não será trivial. Requer um esforço coletivo, envolvendo educadores, gestores, políticos e a sociedade civil, para superar os desafios práticos e políticos envolvidos.

Uma crítica relevante é a possibilidade de resistência e oposição por parte de alguns setores da sociedade, que podem ver essas mudanças como uma ameaça ao status quo. Além disso, é fundamental garantir que as adaptações sejam feitas de maneira equitativa, para não resultarem em disparidades entre diferentes regiões ou grupos sociais.

Em suma, a interpretação gramsciana da BNCC oferece um caminho promissor para uma educação mais inclusiva e contextualizada no Brasil. No entanto, a concretização dessa visão requer um compromisso conjunto, investimentos substanciais e uma abordagem sensível às necessidades e diversidades do país. Ao enfrentar esses desafios colaborativamente, é possível construir um sistema educacional mais equitativo e eficaz, capaz de preparar os estudantes para os complexos desafios do século XXI.

## Referências

- [1]. ALVES, Giovanni. Gramsci E A Educação: Aportes Para Reflexões Sobre A Escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio Et Al. (Orgs.). Gramsci E A Educação. São Paulo: Cortez Editora, 2013.
- [2]. BRASIL. Ministério Da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.
- [3]. GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais E A Organização Da Cultura. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- [4]. MENEGASSI, Renato; CARVALHO, Amaury Cesar Moraes. A Base Nacional Comum Curricular: Entre O Normativo E O Currículo Real. Educação & Realidade, Porto Alegre, V. 43, N. 3, P. 733 – 755, 2018.